



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
ASSESSORIA JURÍDICA

PROCESSO Nº: 2203016557

Requerente: FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO

Assunto: Proposta de Acordo de Cooperação Técnica entre SEMA e FUNBIO para continuidade ao projeto GEF Mar em unidades de conservação estaduais do Maranhão.

PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE POR INTERMÉDIO DO MMA. CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DO PROJETO GEF MAR EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS. 1. O acordo de cooperação é o instrumento jurídico hábil para a formalização, entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos, de interesse na mútua cooperação técnica, visando à continuidade da execução das atividades do Projeto GEF mar em unidades de conservação estaduais. 2. A pretensão objeto dos autos é possível juridicamente, estando submetida ao juízo de conveniência e oportunidade das respectivas autoridades competentes. 3. A subscrição de eventual acordo de cooperação, no entanto, demanda a esmerada instrução processual.

1 Relatório

Trata-se de processo encaminhado pela Superintendência de Biodiversidade e Áreas Protegidas, através do Despacho nº 234554 - SEMA/MA/2023, solicitando, em síntese, a análise e emissão de instrumento para formalizar parceria técnica entre as partes, bem como confeccionar Parecer Jurídico referente a proposta de Acordo de Cooperação a ser firmado entre este órgão ambiental e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com intervenção da União, através do Ministério do Meio Ambiente -MMA, com o objetivo de estabelecer a continuidade das atividades do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas- Ucs Estaduais do Maranhão.

O feito foi instruído com a seguinte documentação:

- ✓ Minuta e Plano de Trabalho;
- ✓ Comprovante de envio da Carta nº 655/2022;
- ✓ Ofício- PGE- 2022;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
ASSESSORIA JURÍDICA

- ✓ Parecer técnico nº 229/2022;
- ✓ Manifestação de interesse do Secretário da pasta, despacho nº 188359;
- ✓ Parecer jurídico nº 134/2022;
- ✓ Ofício 1677/22/GS/SEMA;
- ✓ Ofício 1807/22/GS/SEMA;
- ✓ Parecer nº 241/2023-PPMA/PGE-MA;
- ✓ Formalização de Acordo de Cooperação Técnica
- ✓ Nomeação do representante legal da SEMA no Diário Oficial;
- ✓ Solicitação MMA para assinatura do ACT;
- ✓ Resposta MMA;

Após, sobreveio o processo a esta Assessoria Jurídica para exame, na forma regimental.

É sucinto o relatório. Passa-se à análise da questão jurídica posta.

2 Da fundamentação

2.1 Da Finalidade e abrangência do parecer jurídico

Preliminarmente, cabe salientar que **a função precípua desta assessoria jurídica – ASSJUR é prestar assistência preventiva ou corretiva em assuntos que envolvam questões jurídicas e legais de interesse da Secretaria, conforme art. 10 da Lei Estadual nº 10.107 de 25 de junho de 2014, que aprovou o Regimento Interno da SEMA.**

O art. 11, VIII, da referida Lei Estadual nº 10.107/2011, aliás apregoa expressamente que constitui atribuição desta ASSJUR *“analisar e elaborar, quando solicitado, os instrumentos relativos a contratos, ofícios, termos de compromisso, convênios, ajustes, acordos, bem como estudar e elaborar anteprojetos de leis, decretos, regulamentos e demais atos de natureza normativa e jurídica atinentes à Secretaria”*.

Impende destacar, por oportuno, que **o exame do caso toma por base oselementos informativos que constam dos autos até a presente data**, sem prejuízo de eventual consulta adicional aos demais sistemas da SEMA e outros de caráter público que se fizer necessária visando confirmar informação relevante, **restringindo-se, contudo, aos seus aspectos jurídicos**, evitando-se, com efeito, se imiscuir naqueles de natureza técnica, aos quais se presume idôneos.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
ASSESSORIA JURÍDICA

Ato contínuo, assenta-se que, quanto **a pontos que a lei confere margem de discricionariedade ao gestor, as considerações jurídicas aqui exaradas são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança jurídica do assessorado.** Nada obstante, as questões relacionadas à legalidade são apontadas para fins de sua correção, de modo que o prosseguimento do feito sem a observância disso é responsabilidade exclusiva do gestor que assim porventura procede.

2.2 Da instrução processual

Analisando os autos, é admissível firmar que o processo iniciou-se através de uma Carta, encaminhado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade manifestando interesse em firmar parceria com essa SEMA com a finalidade da renovação do Acordo de Cooperação para a continuidade as atividades do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas- Ucs estaduais do Maranhão.

Guardada as devidas as proporções, temos que da análise saneadora atinente a instrução processual, neste momento, encontra-se documentos essenciais a formalização do pacto entre os referidos órgãos, tais como, plano de trabalho em anexo .

2.3 Do Acordo de Cooperação Técnica e da sua formalização.

Cinge-se o exame ora realizado quanto a legalidade da proposta de Acordo de Cooperação a ser firmado entre SEMA e o FUNBIO, com o fito de **promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira, através do apoio à criação e implementação de um Sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs).**

O legislador no sentido de resguardar, bem como de criar normas específicas a fim de regulamentar as parcerias público-privadas (sem fins lucrativos) criou a Lei nº 13.019/2014 (Decreto Regulamentador nº 8.726/2016) que regulamenta as regras atinentes as parcerias de cooperação mútua entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

In casu, se infere o Acordo de Cooperação Técnica, onde se prevê mútuo interesse, ausência transferência de recursos financeiros entre partes, conforme previsto no art. 2º, VIII-A, afastando assim, as regras gerais atinentes às licitações e contratos administrativos, considerando a existência de convergência de interesse entre os partícipes.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
ASSESSORIA JURÍDICA

A Procuradoria Geral do estado do Maranhão, através do Parecer 241/2023, define a possibilidade jurídica sob o **ACORDO de cooperação como um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.**

Segundo consta dos autos, o FUNBIO é uma associação sem fins lucrativos, que trabalha em parceria com os setores governamental e privado e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade.

É imperioso ressaltar que **a natureza jurídica do acordo de cooperação é formalizar, entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos**, donde as duas partes fornecem, cada uma, a sua parcela de conhecimento, equipamento, ou até mesmo uma equipe, para que seja alcançado o objetivo acordado, não havendo, contudo, nenhum tipo de repasse financeiro.

Nessa perspectiva, no caso em questão destaca-se a proposta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Estado do Maranhão, por intermédio da SEMA e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, através da intervenção do Ministério do Meio Ambiente, havendo o interesse comum das partes envolvidas, considerando a continuação do projeto de natureza pública com o objetivo de promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira, através do apoio à criação e implementação de um Sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs).

A parceria interinstitucional pretendida, ilustra o poder de diálogo e de articulação para o avanço dos órgãos públicos integrantes da Administração no desenvolvimento de seus desideratos, como medida de gerar, preservar e entregar valor público.

Nesse sentido, é possível afirmar que para a formalização do acordo de cooperação, requisito jurídico básico para a celebração **é a existência de interesse (público) comum entre as partes na execução do objeto do instrumento.**

Portanto, superada a juridicidade da pretensão, resta consignar que os autos de sorte encontra-se saneado com as principais peças atinentes a formalização do Acordo de Cooperação



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
ASSESSORIA JURÍDICA

Técnica a ser promovido nos autos, bem como resta cumprido as condições expostas pela legislação em comento.

Na proposta de Acordo de Cooperação Técnica resta lançado como objetivo principal ***“promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira, através do apoio à criação e implementação de um Sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs)”***

Vislumbra-se que deve constar do Acordo de Cooperação Técnica a descrições das ações de responsabilidades dos acordantes, nos limites de sua competência, com as cláusulas: do objeto, das obrigações dos partícipes, do prazo, cronograma de execução, das fontes de recursos e despesas e dos custos, rescisão, da publicação, dos casos omissos, do foro e publicidade institucional e promocional.

Nesse sentido, o referido objetivo está em concordância com as disposições constitucionais referentes ao meio ambiente, na medida que está contemplado no art.225, *caput*, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações

Nessa senda, é possível afirmar que o referido projeto, não afeta de forma negativa o meio ambiente. Conforme o Decreto Estadual nº 11.902, a qual contempla o Estado do Maranhão criou o Parque Estadual Marinho —PEM Parcel de Manuel Luís, unidade de conservação de proteção integral.

O Parque Nacional, é Unidade de Conservação de proteção integral cujo objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. Quando criado por determinado Estado da Federação, o Parque Nacional será denominado Parque Estadual beneficiado pelas atividades do Projeto GEF Mar.

Dessa feita, encontra-se os autos saneados e aptos a concretizar a parceria técnica entre os dois órgãos públicos, devendo assim ter seu fluxo prosseguido nos termos da legislação atinente, em especial pelo plano de trabalho anexo, assim como pelos documentos carreados indispensáveis ao feito.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
ASSESSORIA JURÍDICA

Entende-se que o presente acordo merece ser prosseguido nos termos avençados, por se encontrar dentro das regras vigentes, sendo regido pela Lei nº 13.019/2014, conforme devidamente detalhado nesse parecer.

3 Da Conclusão

Por todo exposto, **esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela juridicidade do Acordo de Cooperação aventado nos autos, ademais por se encontrar adstrito as regras aposta na Lei nº 13.019/2014, caso esta seja a decisão das autoridades competentes em juízo de conveniência e oportunidade.**

Sugerindo, a revisão da minuta de instrumento de Acordo de Cooperação Técnica carreada aos autos, após seja encaminhado ao gabinete do titular desta Secretária, para aprovação e posterior assinatura do respectivo instrumento pelos interessados, com posterior publicação de seu extrato na imprensa oficial, em seguida a publicação, proceder com os registros e baixas necessárias, arquivando-se os autos.

É o parecer.

São Luís/MA, 26 de julho de 2023.

Ítalo Reis Brown
Advogado, OAB/MA 10.817
Chefe da assessoria jurídica da SEMA/MA

Letícia Pereira Ribeiro
Advogada, OAB/MA 18.627
Assessora Jurídica da SEMA/MA
[assinado eletronicamente]



Documento assinado eletronicamente em 26/07/2023, às 15:13.

Assinado por: LETÍCIA PEREIRA RIBEIRO - Cargo: ASSESSOR (A)

Código Verificador: 72958281, Código CRC: IBIHRXCR

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.



Documento assinado eletronicamente em 26/07/2023, às 15:14.

Assinado por: ÍTALO REIS BROWN - Cargo: CHEFE DA ASSESSORIA JURIDICA

Código Verificador: 72958281, Código CRC: IBIHRXCR

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.